



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 3 de setembro de 2024

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo R\$ 1.412	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,81% São Paulo	136.041	R\$ 5,614 (+ 0,21%)		R\$ 6,217	10,40%	10,54%	Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38
0,55% Nova York	136.004						

ORÇAMENTO

Receitas incertas para zerar deficit

Especialistas apontam que a proposta orçamentária do governo traz cenários irrealistas para a receita e para a despesa

» ROSANA HESSEL

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, vai hoje ao Congresso para entregar, oficialmente, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025 ao presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Protocolado na noite de sexta-feira, para cumprir o prazo regulamentar, o Ploa foi detalhado, ontem, por técnicos da equipe econômica a jornalistas.

Na avaliação de especialistas, o governo terá bastante dificuldade para cumprir a meta fiscal do próximo ano, que prevê deficit primário zerado, algo improvável na conjuntura atual. “Ploa veio com cenários irrealistas para a receita e para a despesa. A dependência de receitas incertas combinada com a pressão dos gastos obrigatórios redundam em um deficit primário que, no próprio Ploa, já parte de R\$ 40,4 bilhões. O grande desafio do governo será entregar um resultado minimamente melhor, em 2025, em relação a 2024”, alertou o especialista em contas públicas Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Pelos cálculos dele, existem “R\$ 168,3 bilhões de receitas incertas” no orçamento que podem comprometer a meta fiscal. Entre elas, ele cita a previsão de arrecadação com projeto de lei que aumenta das alíquotas da Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP), estimado em torno de R\$ 21 bilhões neste ano, e que ainda precisa ser aprovado pelo Congresso.

Outro exemplo são os R\$ 26 bilhões de receitas com reoneração da folha, caso não haja medida compensatória. Outra receita que pode não se concretizar totalmente são os R\$ 28,6 bilhões previstos com a volta do voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Grandes números

Veja alguns destaques da peça orçamentária de 2025

Valor total de despesas:
R\$ 5,87 TRILHÕES

Despesas financeiras:
R\$ 2,78 TRILHÕES

Despesas primárias:
R\$ 2,93 TRILHÕES

Investimentos de estatais:
R\$ 166,6 BILHÕES

Meta de resultado primário:
zero, com limite inferior de um deficit de até **0,25%** do PIB, ou **R\$ 28,8 BILHÕES**

Resultado primário sem desconto de precatórios:
-R\$ 40,4 BILHÕES

Fonte: Ploa 2025

MAIORES ORÇAMENTOS DE 2025

Ministério da Previdência Social:
R\$ 1,03 TRILHÃO

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e combate à fome:
R\$ 291,3 BILHÕES

Ministério da Saúde:
R\$ 241,6 BILHÕES

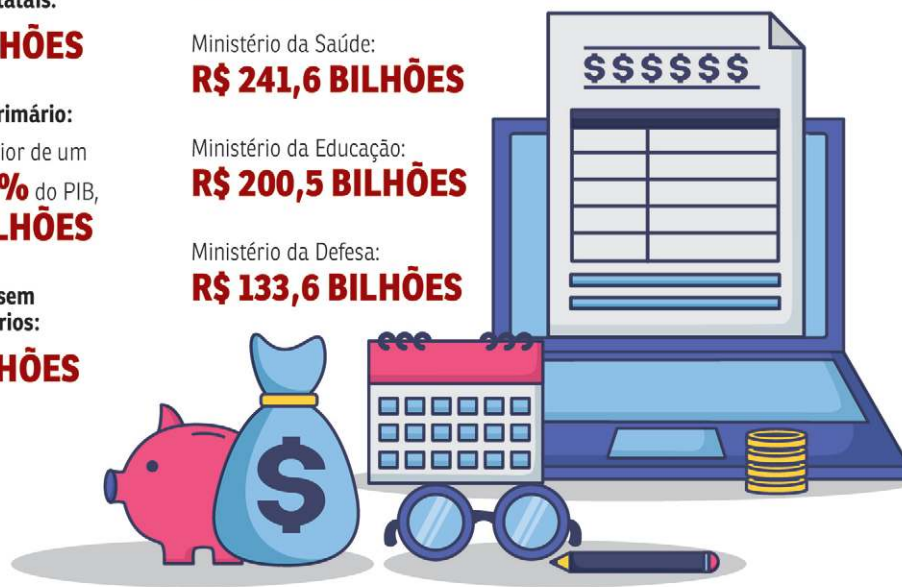
Ministério da Educação:
R\$ 200,5 BILHÕES

Ministério da Defesa:
R\$ 133,6 BILHÕES

OUTROS DESTAQUES

92% despesas obrigatórias

8% despesas discricionárias (não obrigatórias)



Por outro lado, medidas de redução de gastos ainda são tímidas, como a previsão de economia com a revisão de despesas em R\$ 25,9 bilhões no próximo ano.

O economista Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), mostrou preocupação com o fato de haver muita receita extraordinária. “Isso faz com que fique sempre uma dúvida quanto à exequibilidade do Orçamento, um roteiro parecido com o deste ano”, afirmou. Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, engrossou

o coro na avaliação de que 2025 será outro ano difícil para o governo brasileiro conseguir cumprir a meta fiscal. “Há uma superestimação de receita, em que pese ser mais realista do que foi o Ploa de 2024”, destacou. Ele lembrou como 2025 vai ser um ano de crescimento menor do PIB e ainda pode ter o impacto da recessão dos Estados Unidos, “vai ser ainda um grande desafio atingir a meta”.

O Orçamento do próximo ano tem um total de R\$ 5,87 trilhões em despesas, das quais, R\$ 2,77 trilhões em gastos financeiros, R\$ 2,93 trilhões em despesas primárias e R\$ 166,6 bilhões em

investimentos de estatais federais. O teto de despesas primárias sujeitas ao limite de crescimento previsto no novo arcabouço fiscal, de R\$ 2,249 trilhões, de acordo com o secretário do Orçamento Federal, Clayton Montes, apresentou um crescimento de R\$ 143,9 bilhões em relação ao limite de 2024. E a maior parte desse montante, segundo ele, de R\$ 71,1 bilhões, foi devido ao aumento das despesas como benefícios previdenciários, em grande parte “devido ao reajuste do salário mínimo e do crescimento vegetativo da base”. Não à toa, o ministério com maior despesa orçamentária no próximo ano

será o da Previdência Social, de R\$ 1,03 trilhão. Na sequência, estão os ministérios da Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); da Saúde; da Educação e da Defesa.

Conforme os dados do Ploa, a receita líquida foi estimada em R\$ 2,349 trilhões e as despesas primárias, em R\$ 2,389 trilhões, resultando em um deficit primário de R\$ 40,4 bilhões. Esse valor estouraria o limite inferior da meta fiscal. Como há descontos de uma parte dos gastos previstos com precatórios (dívidas judiciais da União), de R\$ 44,1 bilhões, restou, nas projeções, um superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de R\$ 3,7 bilhões. Vale lembrar que, no início do ano, o governo reduziu a meta de 2025, que era de um superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), para um deficit zero com limite inferior de até 0,25% do PIB, ou seja de R\$ 29 bilhões, mesma meta deste ano.

Outro problema do Ploa apontado pelos analistas foram os parâmetros macroeconômicos mais otimistas, superestimando a arrecadação, como é o caso da estimativa de crescimento do PIB, de 2,64% no Ploa. No boletim Focus, do Banco Central, a mediana das estimativas dos analistas para o PIB de 2025 está em 1,85%.

O mercado financeiro seguiu operando com desconfiança sobre a capacidade do governo conseguir equilibrar as contas como prometido e na expectativa da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), nos dias 17 e 18 deste mês. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou o dia no vermelho, com queda de 0,81%, a 134.906 pontos. O dólar abriu o dia em alta, mas encerrou o pregão cotado a R\$ 5,614, com queda de 0,36% em relação ao fechamento de sexta-feira.

Concurso: 63 mil vagas

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025 prevê R\$ 2,1 bilhões para a realização de concursos, de acordo com o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, Clayton Montes. Conforme as estimativas da previsão do anexo V do Ploa de 2025, ao todo, estão previstas mais de 63 mil vagas em concursos para os órgãos dos Três Poderes, sendo 57.814 para provimento e 5.952, para a criação, em 2025.

Desse total de vagas, no Poder Executivo seriam 53.599 cargos para provimento e 4.670 para criação, de acordo com informações obtidas pelo Correio. Uma parte dessas vagas serão para a Receita Federal e Polícia Rodoviária Federal (PRF), a fim de aumentar o contingente em áreas de fronteira.

No Judiciário, ao todo, seriam 4.673 vagas, sendo 3.524 para provimento e 1.149 para criação. No Legislativo, 416 vagas só para provimento. Na Defensoria Pública da União (DPU), 134 vagas, sendo 43 para provimento e 91 para criação. E, finalmente, no Ministério Público da União (MPU), outras 274 vagas, sendo 232 para provimento e 42 para criação.

Procurado, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) não confirmou, porém, qual será o número exato de vagas para novos concursos abertos em 2025. Segundo a pasta, “tudo vai depender das autorizações”. O MGI informou que as 53,6 mil vagas citadas no Ploa de 2025 “referem-se ao total do Executivo Federal, incluindo fixação de efetivo militar e das polícias civil/militar custeadas pelo fundo constitucional do Distrito Federal”. (RH)



RAUL VELLOSO

DE 1987 PARA 2021, O GASTO PREVIDENCIÁRIO PASSOU DE 19% PARA NADA MENOS DO QUE 52% DO TOTAL, UM SALTO DE 33 PONTOS PERCENTUAIS EM NADA MENOS DO QUE 34 ANOS, ALGO CHOCANTE. E, DEPOIS DISSO, TIVEMOS AUMENTOS AINDA MUITO EXPRESSIVOS NOS ANOS QUE SE SEGUIRAM.

Como melhor administrar as contas de 2025

Diante de tanta discussão sobre o conteúdo do Orçamento da União no ano que vem nos últimos dias, a pergunta que mais tem sido feita passou a ser como o governo melhor administrará as contabilizadas contas projetadas para 2025. Volto, de certa forma, ao que já havia dito em minha coluna de 20/08, que, basicamente, é preciso ter um diagnóstico correto na mão sobre a difícil situação das contas da União. Sem ele ficará difícil adotar as soluções de que o País realmente necessita.

Na verdade, esse diagnóstico tem muito a ver com a evolução do gasto previdenciário, que, na

União, vem crescendo bastante desde 1987, ou seja, um ano antes da edição da carta constitucional em vigor. De 1987 para 2021, o gasto previdenciário passou de 19% para nada menos do que 52% do total, um salto de 33 pontos percentuais em nada menos do que 34 anos, algo chocante. E, depois disso, tivemos aumentos ainda muito expressivos nos anos que se seguiram.

E como Lula já disse que não mexerá no percentual de indexação que existe para a evolução do salário mínimo, algo que pesa bastante na definição daquele gasto, por que, então, o gasto

voltou a crescer tanto, e o que deve ser feito para enfrentar esse problema de difícil solução?

Trazendo o raciocínio para mais recentemente, e incluindo precatórios, o gasto real do sistema INSS subiu 8,3% quando se compara o fechamento de 2023 com o de 2022. Sem os precatórios, isto é, limpa e seca, a subida teria sido de 4,7% reais quando se compara janeiro a julho de 2024 com janeiro a julho de 2023. Vale dizer: muito alta!

Nesses termos, o alto comprometimento do Orçamento Federal com previdência há muito vem se acentuando, e cada vez mais se

acentua. Daí a dificuldade cada vez maior de a União direcionar recursos para o investimento em infraestrutura. Tal parcela teria desabado de 16% em 1987 para apenas 2,2% do gasto total em 2021, em que pese sua importância para o desenvolvimento do país, conforme já salientei neste espaço.

Nesse mesmo contexto, tem ganho bastante destaque a subida do peso dos gastos com o Auxílio-Doença, que integram o grupo previdenciário, e que acabam de bater um recorde ao crescerem 74,8% em termos reais, entre setembro de 2023 e junho de 2024, e onde, além do mais, se

registra uma muito baixa eficácia no controle de fraudes.

Em outro segmento em que se registra uma igualmente baixa efetividade no controle de fraudes, e em que sua situação vai ficando mais e mais parecida com a da Previdência, pois seu peso no gasto total teria subido de 9,1% para 16,4% entre 1987 e 2021, é o do BPC-Benefício de Prestação Continuada, parte central do segmento assistência social, em que o crescimento real do gasto de um dos seus componentes básicos teria se situado em 9,4% (BPC.IDOSO) e, no outro caso, 15,2% (BPC.DEFICIENTES).

Entre os itens tradicionalmente de peso que se mantém ganhando porções ainda expressivas do bolo orçamentário se situam educação e saúde, o primeiro tendo aumentado de 2,6% para 6,5% do total entre 1987 e 2021, e o segundo, de 8% para 10,1% nesse mesmo interregno.

Nessas condições, cabe considerar um reexame criterioso das várias participações desses importantes segmentos nos últimos anos, sem deixar de combater fraudes e outras práticas indesejáveis que têm estado presentes na gestão de tão importantes matérias.